

APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Monica COSTA BUENO DE ARAUJO
Ibilce/UNESP
monica.araujo@unesp.br

Luciana APARECIDA NOGUEIRA DA CRUZ
Ibilce/UNESP
luciana.cruz@unesp.br

Resumo: A partir da atuação no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) inúmeros desafios no atendimento às famílias e adolescentes aparecem como emergentes. Este estudo surgiu da inquietação em relação às metodologias aplicadas no contexto da socioeducação, especialmente com adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Após a aproximação com a metodologia da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), que propõe atividades voltadas à comunidade, integrando conhecimentos e competências dos participantes, além do desenvolvimento de habilidades e valores, foi proposto um projeto em parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social e a UNESP para execução da PSC. O objetivo geral é analisar o potencial socioeducativo dessa intervenção, com base na percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos no projeto. Trata-se de uma pesquisa social, qualitativa e exploratória, cujos procedimentos incluem pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas com os adolescentes que participaram do projeto, dos diários de campo dos estudantes e dos registros das reuniões de planejamento. Os resultados estão sendo analisados a partir da análise de conteúdo das entrevistas, dos registros dos diários de campo e das atas das reuniões. Este resumo expandido apresenta o andamento da pesquisa até o momento, ainda em fase de sistematização dos dados coletados.

Palavras-chave: prestação de serviços à comunidade; aprendizagem por projetos sociais; medidas socioeducativas.

1. Introdução

Diante da experiência profissional no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), inúmeros desafios no atendimento às famílias e adolescentes aparecem como emergentes. O presente estudo partiu, a princípio, da inquietação em conjunto com as equipes técnicas de atendimento em relação às metodologias de trabalho aplicadas no contexto da socioeducação, especialmente na atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas revelam contradições entre a proposta das regulamentações e normativas e a realidade vivida por estes

adolescentes, marcadas pela exclusão social, violência, pobreza e ausência de políticas públicas de direito efetivas.

A partir dessas reflexões e da ausência de práticas fundamentadas metodologicamente em relação à medida socioeducativa de PSC, foi construído um projeto de intervenção que visa englobar as peculiaridades apresentadas pela PSC e propor uma forma de atuação que se aproxime das prerrogativas legais e de construção de conhecimento, com a utilização da metodologia da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS) como referência. Essa parceria ocorreu entre a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS e o Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP. O convênio surgiu para a abertura do campus da universidade como local de cumprimento da PSC para os adolescentes e jovens, utilizando a APS como proposta metodológica de intervenção, e teve início no ano de 2023.

Essa pesquisa, de natureza social, qualitativa e exploratória, se apresenta em um recorte da proposta do convênio, com o objetivo principal de analisar o potencial socioeducativo da intervenção por meio da APS num contexto de PSC, com base na percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender de que maneira a metodologia da APS pode contribuir para a medida socioeducativa de PSC ser mais participativa e significativa para os adolescentes e jovens. Como objetivos específicos, busca apresentar a APS enquanto metodologia pedagógica no âmbito de atuação com jovens e adolescentes em vulnerabilidade e risco; levantar a percepção de jovens e adolescentes que cumpriram PSC na Universidade com a metodologia pedagógica da APS; conhecer a percepção dos estudantes de graduação que atuaram no projeto sobre o uso da APS no cumprimento da PSC e destacar os aspectos da APS que podem contribuir para cumprimento formativo da medida socioeducativa de PSC.

2. Desenvolvimento

2.1 Adolescência no contexto infracional e a personalidade ética

Para iniciar a discussão sobre qual adolescência está sendo discutida nesta pesquisa, é necessário, à princípio, a apresentação de algumas concepções norteadoras. A adolescência, por vezes, é nos apresentada como um período marcado por concepções estereotipadas, como comportamentos rebeldes, impulsividade e irresponsabilidade. Ocorre que há, nesse contexto, a necessidade da análise da construção da adolescência como um período constituído socialmente e profundamente atravessado por fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece esse período entre os 12 e 18 anos. Essa delimitação é importante quando pensamos na construção de políticas públicas que vão ao encontro das especificidades da adolescência. Conforme Freitas, Abramo e León (2005), essas definições, de algum modo, estão intrinsecamente relacionadas à dimensão que engloba a passagem entre a infância e a vida adulta, ocorrendo uma correspondência com a faixa de idade, apesar de se considerar que não há uma rigidez nesses limites etários. Ou seja, podemos considerar a importância dessas delimitações, porém é importante o avanço para análises em outros âmbitos.

Historicamente, o olhar sobre a infância e adolescência foi marcado por uma lógica excludente e autoritária, especialmente quando consideramos adolescentes autores de atos infracionais. Essas concepções, marcadas por processos repressivos e institucionalizantes ainda estão presentes em muitos segmentos da sociedade, como se observa na persistência do termo “menor” com conotação negativa e nos argumentos que defendem a redução da maioridade penal. O ECA, promulgado em 1990, rompeu com essa lógica quando propôs o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direito, porém ainda é necessário o olhar para as múltiplas vulnerabilidades que marcam a trajetória de adolescentes autores de ato infracional, majoritariamente negros, pobres, com baixa escolaridade e vínculos familiares fragilizados. Esse perfil dos adolescentes é apresentado no Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2024, que ainda aponta a complexidade de vida desses adolescentes, apontando para a necessidade de um olhar ampliado, que vai além do ato infracional em si, voltado para a construção de políticas públicas intersetoriais de promoção de direitos.

Quando pensamos na construção de estratégias de intervenção para esses adolescentes, fica evidente a exigência do olhar para os indivíduos e suas singularidades, principalmente quando pensados na relação com o outro e com o mundo social que o cerca. Essa concepção pode ser discutida no campo da dimensão ética e moral no desenvolvimento da personalidade, com base nos estudos do pesquisador Yves de La Taille e outros pesquisadores que buscaram compreender e apresentar a construção da personalidade ética no âmbito intelectual e afetivo.

Segundo La Taille (2006), para Piaget, o desenvolvimento moral é fruto de uma construção, ou seja, de uma constante auto-organização que exige do sujeito a construção na sua interioridade e individualidade, mas também a construção na relação com o outro (La Taille, 2006). Por vezes, a questão da moralidade parece estar associada à ideia do dever, do cumprimento de regras, no viés exclusivamente da obediência. Porém, o campo da moral está intimamente relacionado com o campo ético. Segundo Tognetta e La Taille (2008), os

conceitos de “moral” e “ética”, por vezes, aparecem como sinônimos na literatura, porém, é preciso considerar a interlocução desses campos no que se refere ao desenvolvimento da personalidade ética, ou seja, da representação de si e da moral.

Diante desse contexto, a pergunta que nos interessa nesse momento da pesquisa é: como contribuir para a construção de uma personalidade ética, a partir dos valores éticos e morais?

2.2 As orientações metodológicas da Prestação de Serviços à Comunidade

Para ser possível uma análise sobre as orientações metodológicas de intervenção da PSC, foi realizada uma análise documental das publicações e documentos que abordam a socioeducação, especialmente com interesse em buscar as propostas metodológicas apresentadas para a execução da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A análise documental foi escolhida para esse levantamento pois, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de apresentar algumas práticas que vêm sendo realizadas atualmente, na perspectiva crítica da execução da medida de PSC.

Foram analisadas legislações como o ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e publicações como a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cadernos de orientação técnicas específicas do atendimento socioeducativo e referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia que abordam o exercício profissional do psicólogo que atua com medidas socioeducativas. Na pesquisa bibliográfica, foram analisadas 02 dissertações e 02 artigos que tratavam especificamente sobre a medida socioeducativa de PSC. Apesar de haver algumas publicações relevantes sobre o tema da socioeducação, há uma escassez de orientações metodológicas específicas para a PSC de uma forma geral. Essa ausência acaba por contribuir para práticas que valorizam mais o caráter laboral das atividades realizadas do que os aspectos pedagógicos e socioeducativos.

2.3 A Aprendizagem por Projetos Sociais como proposta metodológica de intervenção

A APS, como forma de conhecimento e método educativo e pedagógico, tem como objetivo a realização de atividades voltadas à comunidade, que visem à conquista de conhecimentos e competências dos participantes, além do desenvolvimento de habilidades e valores (Puig et al., 2007). Há, portanto, a preocupação de estabelecer uma forma de intervenção que possibilite o estímulo à participação e fortalecimento da comunidade, além de promover o sentimento de responsabilidade cívica ao buscar o envolvimento dos participantes com o ambiente no qual está inserido, nas mais diversas frentes de atuação. Nesse sentido,

considera-se que o serviço, combinado com a aprendizagem, tem o potencial de acrescentar valores e transformar tanto os participantes das intervenções quanto a comunidade (Puig et al., 2007, p.15).

3. Método

3.1 Organização do projeto

O projeto prevê a participação de agentes da UNESP e da SEMAS como responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, bem como supervisões sistemáticas, formações técnicas e científicas, elaboração de relatórios e avaliações.

Destaca-se que o planejamento das ações com os adolescentes são realizados sob a ótica da APS, como metodologia de base. Portanto, são especialmente consideradas algumas etapas para o desenvolvimento das atividades: detectar as necessidades do entorno; formular questões, elaborar informações; sintetizar as informações e realizar as atividades e, por fim, avaliar as aprendizagens e celebrar a experiência.

3.2 Metodologia da pesquisa

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi estruturadas com adolescentes que cumpriram a PSC na UNESP e por registros de diários de campo dos estudantes de graduação que acompanham os adolescentes nas atividades. Também foram consideradas reflexões das reuniões de planejamento, que ocorrem com a supervisão da docente responsável do Departamento de Educação. Até o momento, foram entrevistados 5 adolescentes que cumpriram integralmente a PSC na universidade. Foram excluídos adolescentes que não concluíram a medida ou que tiveram mudanças no tipo de medida aplicada. A análise dos dados será feita por meio da análise de conteúdo proposta por Franco (2005).

4. Resultados parciais e conclusões

Os resultados obtidos até o momento suscitam importantes reflexões. As interações entre os adolescentes e os estudantes de graduação revelam-se como espaços potentes para a construção de vínculos positivos, os quais viabilizaram a realização de diversas atividades, abrangendo temas variados, em consonância com as demandas emergentes nos encontros em grupo.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: apresentação do campus universitário, rodas de conversa, leitura de obras literárias, produção de materiais informativos, entrevistas com profissionais, exibição de filmes, jogos e visitas externas. Tais ações demonstram o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos em múltiplos âmbitos, indicando processos significativos de aprendizagem.

Entretanto, observa-se, até o presente momento, certa fragilidade na articulação entre as atividades realizadas e a dimensão da retribuição à comunidade, aspecto fundamental no escopo da Aprendizagem por Projetos Sociais. Assim, nas próximas etapas da pesquisa, será concluída a coleta de dados, tendo em vista a necessidade de aprofundar a análise em relação aos objetivos gerais e específicos do estudo.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990, com suas alterações.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo.** 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREITAS, M. V. ABRAMO, H. W., LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética:** dimensões intelectuais e afetivas. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PUIG, J. M. et al. **Aprendizaje servicio:** Educar para la ciudadanía. 1. ed. Barcelona: Editorial Octaedro, S. L., 2007.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, ano 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, M. A. M.; ARAÚJO U. Aprendizagem por projetos sociais: integração de conteúdos morais à representação de si de jovens. **ETD- Educação Temática Digital Campinas**, SP, v.23, n.4, p. 1061-1078, out./dez. 2021.

TOGNETTA, L. R. P. LA TAILLE, Y. A Formação de Personalidade Éticas: Representações de Si e Moral. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 181-188, 2008.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/GGpbPCjGmFnCGCsd9j6Jw5D/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 nov 2024.

Agradecimentos

A autora agradece em especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

¹ Optamos pelo termo Aprendizagem por Projetos Sociais (APS) em substituição a *Aprendizaje Servicio* (nos países de língua espanhola) ou *Service Learning* (em contextos de língua inglesa), por considerá-lo mais condizente com os pressupostos formativos e sociais que orientam esta pesquisa. Conforme argumentam Silva e Araújo (2021), no contexto brasileiro, o termo “serviço” tende a ser associado a trabalho, obrigação ou dever, o que o afasta da ideia de contribuição social voluntária que fundamenta essas abordagens.